

CADERNOS USF

Quanto vale uma Universidade?

A AVALIAÇÃO NA PESQUISA ACADÊMICA

Universidade de São Paulo - outubro, 1986

1

A avaliação das universidades

Sérgio Costa Ribeiro

Coordenador do Programa de Avaliação da Reforma Universitária
Capes

Vou aproveitar o que foi dito pela Léa, sobre a relação entre as atividades existentes dentro de uma universidade. Na minha opinião, avaliar a pesquisa pode significar até uma distorção, considerando-se o que ocorre hoje no ensino superior brasileiro, em relação ao modelo de universidade que se tem.

Na realidade, tem-se o ensino e o ensino geralmente não é considerado quando se avalia um departamento, um professor ou quando é uma atividade desenvolvida num país, como o Brasil, em que, oficialmente, 26% da população é analfabeta. Eu tenho a impressão de que se se for avaliar a universidade no sentido da pesquisa, ela deve ser avaliada num contexto mais amplo, num contexto de ensino, de extensão etc.

A avaliação, nesse sentido, é a avaliação da instituição como um todo, a avaliação dos cursos quanto à sua qualidade; é a avaliação da pós-graduação enquanto curso que utiliza a pesquisa eventualmente como critério, mas não é uma avaliação da pesquisa. Existem diversos tipos de avaliação feitos sobre projetos de pesquisa, que são utilizados até mesmo por agências internacionais. Dentre essas modalidades, enumeraria duas: o financiamento que é concedido a indivíduos a partir da análise do projeto, e acompanhamento do trabalho de período em período e outro, mais flexível quanto aos critérios iniciais de alocação de recursos, para, posteriormente, fazer correções de rumo quanto ao direcionamento do trabalho.

No Brasil, o mais freqüente é acontecer as duas coisas: não se avalia nem a entrada nem a saída, ou então se avalia demais a entrada e a saída, tornando complicado o processo de avaliação. Acho que os exemplos na área pública e federal, pelo menos a idéia do comitê de avaliação por áreas, é ótima. A avaliação da pós-graduação é bem mais organizada mas o mesmo não ocorre quando se pensa nos projetos de pesquisa do CNPq ou do PADCT, em que se tem duzentos projetos para serem avaliados em uma semana e ninguém conhece os projetos em seus detalhes. Isso e loteria são a mesma coisa, tal a falta de critérios e estrutura para aprovação dos financiamentos.

Acho que seria necessário, talvez, contar com o pessoal que domine um pouco a área, que tenha tido experiência para realmente montar a coisa. A melhor experiência de avaliação de projeto aqui no Brasil é a da própria Fapesp. Acho que a Fapesp tem muito a ajudar a USP no sentido de como avaliar esse sistema de alocação de recursos internos.

Gostaria de colocar agora uma questão de que se fala muito pouco. Em relação ao que ocorre dentro de uma universidade, nas áreas de pesquisa, ensino e extensão, quais são as condições necessárias para que se faça a pesquisa? Só dar dinheiro não resolve. Precisariamos levantar, indicar, dentro de um contexto cultural e legal do País, quais são as condições que levam o indivíduo ou a instituição a produzir mais que outros para então nortear os caminhos e executar a atividade de pesquisa. A produção dessa pesquisa tem de ser avaliada, mas antes de haver uma avaliação dessa pesquisa é preciso que haja a pesquisa.

O trabalho que temos feito (e eu até me sinto bem nesta sala, porque quando comecei esse trabalho fui convidado pelo reitor Hélio Guerra Vieira para falar, aqui, exatamente sobre avaliação e sobre projetos de avaliação) já conta com alguns resultados. Antes, é bom lembrar que estamos falando de uma universidade que representa 60% de toda a produção científica das universidades públicas, responsáveis, por sua vez, por 85% da produção científica do País. E, nesse contexto, tentar descobrir as condições para melhorar a produção científica é um refinamento, porque trata-se da universidade mais produtiva do País. Mas acho que há muita coisa a fazer dentro da USP, mais ainda fora dela.

Fizemos uma pesquisa a partir de um questionário com roteiro de entrevistas, coletando grande quantidade de dados sobre o professor, o aluno e os dirigentes das instituições de ensino superior. Em particular, esses resultados representam apenas uma pequena parte do questionário de professor, associada a uma série de pesquisas que foram financiadas por demandas ligadas ao processo de ensino e pesquisa na universidade brasileira. Essa é uma amostra de 32, das quais eu tomou aqui apenas a metade, instituições de ensino superior, estratificadas quanto à sua variabilidade máxima, desde a pequena escola isolada, particular, até a grande universidade.

Quanto à amostra de professores, ela é também uma amostra estratificada, considerando-se os docentes, de titulares até auxiliares, numa escala de proporções definidas, montada estatisticamente. Quando se afirma que 75% dos professores da USP têm doutorado completo, o índice refere-se à amostra, estratificada de igual forma para todas as instituições, servindo, portanto, como padrão de comparação.

O resultado do trabalho mostra que uma das condições fundamentais para que exista a pesquisa em uma instituição é a qualificação docente, o que parece óbvio, mas era preciso que alguém medisse para afirmar que é isso mesmo. É realmente a partir do nível de doutoramento que se começa a ter um trabalho de pesquisa numa universidade. Esse processo é lento porque é preciso qualificar. Talvez os físicos nucleares possam até calcular um tempo médio necessário para que haja uma qualificação, para que produzam a pesquisa. Você não pode criar, hoje, uma instituição e dizer: "Bom, vou dar dinheiro, contrato as pessoas, e daqui a pouco tenho pesquisa de alto nível, como foi feito muito na década de 70 aqui em São Paulo, com a idéia de se ir pondo dinheiro de um lado e ir saindo pesquisa do outro". Na realidade, precisa-se de tempo, de maturação, de liderança.

A duração da pesquisa é um tempo longo. Não se pode fazer um "milagre brasileiro" com a atividade de pesquisa. Acredito que isso é um dado extremamente importante no planejamento, inclusive em termos de financiamento de agência. Acho extremamente perigoso investir-se maciçamente em uma instituição ainda não amadurecida simplesmente porque lá há um prêmio Nobel.

Na realidade, o que esse dado mostra é que existe uma correlação muito forte entre nível de graduação e participação nas atividades de pesquisa. Se se tem uma porcentagem alta de professores com titulação de doutor, a produção na área de pesquisa também é alta. Quando praticamente não se tem mestres, que é uma situação intermediária, tampouco se tem doutores e a atividade de pesquisa é muito baixa. Depois, começa a crescer, e os mestres vão se transformando em doutores. Essa curva tem um comportamento compensatório, tem dois valores. Outra discussão é questão da existência de pesquisa em função do regime de trabalho. É claro que os casos particulares são muito importantes, mas é preciso que em certas áreas hajam regimes de trabalho diferentes. Estou falando de uma tendência a nível do que acho que venha a ser o sistema universitário brasileiro.

É claro que quando consideramos a porcentagem de professores nas instituições constantes da amostra em regime de trabalho de tempo parcial isso não está correlacionado. A primeira surpresa dessa pesquisa surgiu quando calculamos a porcentagem da atividade de pesquisa do professor de tempo integral, equivalente a quarenta horas semanais. Vemos que aí existe uma relação altíssima mas uma correlação negativa, mostrando que o regime não funciona hoje como indutor de pesquisa. Ao contrário, quanto maior a porcentagem de professores trabalhando em tempo integral, menor a atividade de pesquisa, mostrando que o tempo integral é na realidade um sistema tipicamente brasileiro de aumentar o salário do professor horista. E acontece imediatamente o seguinte: há um grupo de instituições que não tem nada a ver com o resto. Começam a aparecer dois grupos distintos de instituições com comportamentos diferentes. Então, começo a separar esse grupo, na hora de fazer regressões. E tento aqui fazer a regressão com dedicação exclusiva e a atividade de pesquisa. Mostro que temos uma associação, uma correlação entre essas duas coisas, positivas, felizmente, mas essa correlação, a inclinação dessa regressão, se se excluir as instituições que têm comportamento anômalo, verifica-se que a inclinação da correlação é da ordem de zero para quatro, o que quer dizer: precisa-se de dez professores em tempo integral no sistema de dedicação exclusiva para se ter quatro em atividade de pesquisa. Isso no sistema como um

todo. Esse fato mostra que o sistema de tempo integral está distorcido em sua origem. Ele não produz atividade de pesquisa e mesmo o sistema de dedicação exclusiva já está distorcido em pelo menos 60%. Esse é um processo que tem de ser levado em conta, quando se pensa nas condições necessárias para que haja pesquisa.

No atual sistema de ensino brasileiro, o salário pago ao professor é baixo e, embora esse professor tenha um regime de trabalho de dedicação exclusiva, isso não é cumprido, porque ele não está fazendo pesquisa. O que ocorre na realidade é que esse regime está corrompido por uma série de fatores, talvez estranhos à própria universidade, constituindo essa uma das situações mais graves do nosso sistema. Outra questão interessante, que pôde ser observada, refere-se às atividades de pesquisa não de indivíduos, mas de departamentos. Nesse caso, observamos que, se levarmos em conta todos os dados, obteremos essa regressão contínua, que não tem nenhum sentido. No entanto, se separarmos esses dois grupos, poderemos ter dois tipos de instituições.

O primeiro grupo é representado por escolas particulares, cujo projeto não é a pesquisa. É um projeto puramente de ensino e a atividade de pesquisa é marginal. No segundo grupo tem-se instituições, cujo projeto institucional inclui a pesquisa. Vejamos, agora, as condições a nível de pós-graduação, caso haja atividade de pesquisa no departamento. Na medida em que aumenta o número de pesquisadores, a própria idéia de se fazer pesquisa começa a produzir um certo apelo ao docente. Isso tem um efeito catalisador multiplicador da atividade. A existência do programa de pós-graduação tem um efeito análogo. Quanto mais existir a atividade de pós-graduação no departamento, maior a atividade do professor. Um dado extremamente importante e surpreendente para que haja a atividade de pesquisa do professor é este resultado: quanto maior a porcentagem de professores da instituição que participam do ensino de pós-graduação, maior é a porcentagem de professores envolvidos em atividades de pesquisa. E o fator explicativo, ou seja, a dispersão desse ponto é pequena, comparado com outros gráficos. O fator de explicação aqui é de 83%. É disso que se consegue realmente produzir um efeito de massa crítica.

No contexto brasileiro, como a pesquisa está ligada à pós-graduação, é a participação do professor e daquela massa de professores que na realidade provoca o incremento da atividade de pesquisa do professor. Ocorre no Brasil - na USP é algo raro - de se ter professores que só dão aulas na graduação e outros só na pós-graduação. Isso parece que não ocorre na USP e, se ocorre, são fatos isolados em alguns departamentos.

Outra coisa são os valores de extensão. Na realidade, existe uma relação entre a atividade de extensão e a atividade de pesquisa, mas não existe uma pesquisa sem uma certa interação com a sociedade. A atividade de extensão não pode ser desenvolvida se não houver junto, a atividade de pesquisa. Talvez, politicamente, poder-se-ia tentar forçar um pouco mais o sentido dessa regressão. Mas, de qualquer maneira, é uma comprovação de que uma atividade é interligada à outra, automaticamente, no outro sistema.

Basicamente, é isso que eu queria dizer. Gostaria ainda de mostrar um último dado, que eu acho extremamente grave. É quando se tenta, através dos alunos, descobrir se eles têm algum contato com a pesquisa. Quer dizer, se a participação de estudantes na pesquisa e a atividade de pesquisa do professor se cruzam. Na USP, 30% dos alunos têm algum contato com a atividade do professor. Depois temos Viçosa, a UnB e o restante na faixa de 10%. Eu me pergunto o seguinte: como é que vamos produzir aquela mentalidade de pesquisa, se não se consegue envolver o aluno na pesquisa desde a graduação? Não é que ele vá fazer pesquisa de fronteira, para publicar, para ser avaliado. É no sentido de que você cria, já no estudante, desde a graduação, um contato com o professor que faz pesquisa. Esse contato fundamental é que é o essencial para que se crie uma mentalidade que pode ajudar muito a produtividade. Na realidade, o número de pesquisadores pode aumentar se você cuidar mais da graduação. Haverá uma seleção para melhor em relação aos próprios docentes da universidade e com isso aumenta-se a produção da própria pesquisa. Tenho a impressão que estamos nos descuidando de um fato óbvio. Quer se criar uma universidade de pesquisa, luta-se para que haja mais pesquisa, para que a pesquisa melhore de qualidade e a matéria-prima fundamental para isso é esquecida, quando ela deve ser iniciada nessa pesquisa. Acho que esse tipo de avaliação pode ser

realizada internamente na instituição. É claro, fiz aqui uma análise interinstitucional. A minha unidade de análise foi a instituição como um todo. Acho que se pode tomar os departamentos de uma instituição e fazer algo parecido. Verificar quais são as tendências que estão ocorrendo nesse sentido e como se pode melhorar das mais fracas e até as melhores. Tenho a impressão que há uma heterogeneidade muito grande, que pode ser levantada e pode-se determinar quais são os fatores que vão ser importantes para a melhoria das condições em que existe pesquisa na instituição.